

“BLACK FLOWERS”, VOZES PELA LIBERDADE*

RAUSSERT, Wilfried; e STEINITZ, Matti (orgs.). *Black Power in Hemispheric Perspective: Movements and Cultures of Resistance in the Black Americas*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier; Nova Orleans: University of New Orleans Press, 2022. 280 p.


A década de 1960 foi marcada por uma série de manifestações que arrastaram para as ruas das principais cidades do mundo milhões de pessoas, sobretudo jovens, em sua luta pela “imaginação no poder”. Nos Estados Unidos, à frente dessas mobilizações estava o “Black Power” – e sua face pública, o Black Panther Party (Partido dos Panteras Negras, BPP) – como expressão mais singular de um movimento de oposição ao racismo “individual e institucional” nos Estados Unidos.¹ Cinquenta anos mais tarde, “um grupo de acadêmicos, ativistas, músicos e artistas de doze países” (dois da América

do Norte, cinco da América do Sul, três do Caribe e dois da Europa) “reuniu-se no Centro de Estudos Interamericanos (na Universidade de Bielefeld, Alemanha) para uma conferência sobre esse movimento” (p. 1). Esse encontro deu origem ao livro aqui resenhado.

Segundo seus editores, Wilfried Wimmer e Matti Schiller, *Black Power in Hemispheric Perspective* tem uma espinha dorsal articulada no entorno dos conceitos de “nacionalismo metodológico” e Atlântico Negro de Paul Gilroy,² visando compreender o Black Power para além das “fronteiras nacionais e

* O autor agradece os comentários de João José Reis sobre a versão preliminar deste artigo.

1 Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, *Black Power: The Politics of Liberation in America*, Nova York: Vintage, 1992.

2 A Wimmer e N. G. Schiller, “Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology”, *International Migration Review*, v. 37, n. 3 (2003), pp. 576–610 ; Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, Cambridge: Harvard University Press, 1993.

ideologias essencialistas” (p. 5). Internacionalmente, o Black Power inspirou organizações “como os Panteras Dalit na Índia, os Panteras Polinésios na Nova Zelândia, os Panteras Negras de Israel, os Panteras Negras australianos, liderados por aborígenes, e o Movimento dos Panteras Negras britânico” (p. 16). Além disso, segundo Valeria Carbone, uma das autoras da coletânea, o Black Power motivou a criação de uma série de organizações políticas no Caribe britânico: o “movimento de libertação afro-caribenho em Antígua, o Black Beret Group (Boinas Negras) nas Bermudas, o National Joint Action Committee (Comitê Nacional de Ação Comum) em Trindade e Tobago, o People’s Progressive Movement (Movimento Popular Progressista) em Barbados, a African National Union (União Nacional Africana) na Jamaica, a Antillean Black Power Organization (Organização do Poder Negro das Antilhas) em Curaçao, o Black Socialist Party (Partido Socialista Negro) na Dominica, a African Society for Cultural Relations with Independent Africa (Sociedade Africana para as Relações Culturais com a África Independente) na Guiana, o Fórum em Santa Lucia,

The Black Power Party (Partido Poder Negro) em Montserrat, Black Power Group (Grupo Poder Negro) em São Cristovão e Nevis, e o New Jewel Movement (Movimento Joia Nova) de Maurice Bishop em Granada” (p. 151).

O Black Power também se fez ouvir na América Latina. Na Colômbia, de múltiplas formas, a influência deste movimento impulsionou a mobilização negra a partir da década de 1970, levando à realização de sucessivos congressos e encontros afro-colombianos, entre eles o Primero Congreso de la Cultura Negra de las Américas em Cali (1977) e o Movimiento Nacional Cimarrón em 1982, segundo Perea Escobar, fortemente inspirado nos “métodos, estratégias e pensamento político de Malcolm X” (p. 200). Segundo o capítulo de Carla Montero na coletânea, no Brasil, inspiradas pelo Black Power, as mobilizações lideradas pelo Movimento Negro Unificado (MNU), pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCNM) e pelo Centro de Defesa e Estudo do Negro do Pará (CEDENPA) levaram à conquista do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT) nº 68 da Constituição Brasileira de 1988, reconhecendo legalmente os

direitos das comunidades quilombolas às suas terras.

No entanto, embora uma das principais preocupações de *Black Power in Hemispheric Perspective* seja os impactos mundiais desse movimento, o livro também tem contribuições que mostram como esse movimento resultou da influência de ideias, ideologias e estratégias de libertação negra iniciadas em várias partes do mundo. “Este livro inclui muitas vozes e posicionamentos críticos de diferentes zonas para refletir sobre a expansão e a interligação do Black Power nas Américas”, escreveram seus organizadores (p. 9). Com essas estruturas teóricas e objetivos centrais em mente, o leitor poderá navegar mais facilmente pelas quase trezentas páginas desta admirável obra que, no entanto, vai além dessas chaves interpretativas gerais.

Embora não esteja formalmente dividido em seções, o livro está estruturado em quatro partes, como indicam seus organizadores. Na primeira, três capítulos apresentam as influências mais remotas do Black Power: as desventuras de Thomas Peters, um escravizado estadunidense que combateu ao lado dos britânicos na

guerra de independência depois se radicando no Canadá e no atual Serra Leoa; Marcus Garvey, líder da célebre Universal Negro Improvement Association (Associação Universal para o Melhoramento dos Negros, UNIA); e o reputado sociólogo e líder pan-africanista norte-americano W. E. B. Du Bois. Embora a introdução de *Black Power in the Hemispheric Perspective*, escrita por seus organizadores, forneça uma vasta literatura cobrindo temas emergentes do movimento negro em escala global, o leitor, principalmente se for um iniciante, poderá encontrar algumas dificuldades para distinguir as diferentes tendências, correntes e debates internos que a rigor se deram tanto nos Estados Unidos como no espaço internacional. As semelhanças e diferenças entre Du Bois e Garvey são um bom exemplo.

Apesar de serem ambos pan-africanistas, Du Bois e Garvey possuíam visões destoantes sobre seu significado, reflexo de uma divergência mais profunda no movimento negro americano do início do século XX. Em termos muito genéricos, até aos anos 1960, aquela frente de mobilização social nos Estados Unidos podia ser dividida entre os integracionistas

e os nacionalistas negros. Embora as duas correntes se orgulhassem da negritude e da herança africana, os integracionistas eram em geral mais preocupados em combater o racismo e seus efeitos através do fim da segregação legal e a abertura de iguais oportunidades e direitos sociais para os afro-americanos na sociedade hegemônica branca. As políticas de ação afirmativa, por exemplo, faziam e fazem parte dessa agenda. Por outro lado, os nacionalistas negros abraçavam uma interpretação sobre a negritude que os levava a lutar por instituições e alternativas econômicas autônomas. Embora nem sempre reivindicada por suas vozes mais proeminentes, no limite, tal linha de pensamento e ação pode chegar à demanda por um Estado-Nação independente territorialmente traçado por linhas étnico-raciais.³ Entre os integracionistas, estavam o Movimento dos Direitos Civis, a National Association for the Advancement of Colored People (Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor, NAACP), fundada por W. E. B.

3 J. C. Sellman, “Black Nationalism in the United States” in Anthony Appiah e Henry Louis Gates (orgs.), *Africana: The encyclopedia of the African and African American experience* (Nova York: Basic Civitas Books, 1999), pp. 255-257.

Du Bois, a Southern Christian Leadership Conference (Conferência da Liderança Cristã do Sul, SCLC) e o reverendo Martin Luther King Jr., como salienta Portia Owusu em seu capítulo. Entre os nacionalistas negros havia nomes como Booker T. Washington e Marcus Garvey, e organizações como a UNIA, o Student Non-Violent Coordinating Committee (Comitê de Coordenação Não-Violenta dos Estudantes – SNCC) e a Nation of Islam (Nação do Islã), hoje liderada por Louis Farrakhan, mas que teve como líderes Elijah Muhammed e, até 1964, Malcolm X.

Carbone aponta que os “anos entre 1954 e 1965 são considerados a ‘fase heroica’ do Movimento dos Direitos Civis”. Essa identificação decorre não apenas pelo caráter heroico e lendário daquelas mobilizações, mas pelos seus efeitos práticos, mais concretamente, a promulgação de uma sucessão de leis de direitos civis em 1957, 1960, 1964, 1965 e 1968, definitivamente encerrando os tristes tempos de uma estrutura jurídica que validava a segregação racial (Jim Crow) (p. 141). Nessa fase, as mobilizações tiveram a incontestada liderança dos integracionistas, tal como exemplificado pelo reverendo Martin Luther King Jr.

Por outro lado, ao longo dos anos 1950 e primeira metade da década de 1960, as iniciativas pelo fim da segregação legal se deram por meio de uma duradoura aliança das lideranças afro-americanas com os liberais brancos. O “dilema americano”, título do clássico de Gunnar Myrdall, refletia o drama vivido por uma sociedade assentada em valores de liberdade individual e na escandalosa realidade da segregação legal no Sul Profundo (*Deep South*) dos Estados Unidos.⁴ No entanto, após a aprovação da legislação dos direitos civis, segmentos significativos do mundo progressista hegemônico inclinaram-se a considerá-la suficiente, sem ter em conta os persistentes danos de quase um século de segregação, cujos efeitos ainda se faziam sentir não só nas regiões mais atrasadas, mas também nas liberais Costas Leste e Oeste. Em meio a este impasse, na segunda metade da década de 1960 e na primeira da de 1970, a hegemonia no movimento negro foi exercida pelo Black Power, com seu repertório radical de libertação afro-americana.

4 Gunnar Myrdal, *An American Dilemma: The Negro problem and modern democracy*, New Brunswick: Transaction Publishers, 1996, 2v.

Se o Black Power promovia o *black is beautiful* e um forte sentimento de orgulho e identidade racial em suas fileiras, contrariamente a Garvey (e Washington ou Farrakhan), ele reivindicava uma “coalização arco-íris” com brancos pobres e outros grupos historicamente discriminados (indígenas americanos, hispânicos e outros desvalidos), o que, a rigor, embora com nuances, está mais próximo da compreensão de Du Bois e Martin Luther King sobre as estratégias da luta contra o racismo, como sugere Ogbar em seu capítulo (pp. 125-126). Neste sentido, o Black Power pode ter representado uma síntese de duas linhas de pensamento e de ação social que competiam no espaço social norte-americano e no espaço global da diáspora africana. Este aspecto crucial, que não se dissociava das influências das lutas anticoloniais noutras partes do mundo – tal como evidenciado na segunda e terceira partes do livro – é mais sugerido do que abordado ao longo do livro.

A segunda parte de *Black Power in Hemispheric Perspective* trata da influência dos imigrantes caribenhos no Black Power. Para além da Revo-

lução Haitiana, (1791-1804), transformação política mais radical das Américas que teve lugar no Caribe, é difícil exagerar a influência dos intelectuais afro-caribenhos sobre a liderança afro-americana através de nomes como Marcus Garvey (nascido na Jamaica), Frantz Fanon (Martinica), Carlos Russell (Panamá), Stokely Carmichael, aliás Kwame Ture (Trinidade e Tobago), que aparecem no livro em diferentes capítulos escritos por Valeria L. Carbone, Portia Owusu e Matti Steinitz. Como comentaremos mais adiante, o contraditório impacto da Revolução Cubana de 1959 na comunidade afro-americana também mostra como a história do Black Power não pode ser compreendida sem considerar os fatos históricos vindos de outras partes do mundo. De fato, outros intelectuais e líderes afro-caribenhos, como Claudia Jones, C.L.R. James e Eric Williams, os três nascidos em Trinidade e Tobago, além de Sylvia Winter (Cuba) e Walter Rodney (Guiana), também poderiam ter as suas vidas e ideias cobertas por capítulos específicos, embora seja compreensível que um livro, mesmo quando se trata de uma coletânea, não possa abarcar todas as persona-

gens, tópicos e questões possíveis. No entanto, posicionar em primeiro plano a influência do jamaicano Garvey e sua fascinante ascendência sobre os movimentos afro-americanos dos direitos civis e do Black Power – chegando a rivalizar de igual para igual com um intelectual do porte de Du Bois e sua NAACP – responde a um dos objetivos centrais do livro.

A terceira parte é dedicada à América Latina. Mais uma vez citando Valeria L. Carbone, segundo Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, “os negros americanos estão sujeitos ao colonialismo interno”.⁵ No entanto, é curioso que os organizadores não tenham investido em aprofundar a reinterpretação original que fez o Black Power (pelo menos considerando o livro *Black Power*, de Carmichael-Ture e Hamilton) da “teoria da dependência”. De fato, a partir dos anos 1950, na América Latina, surgiu a ideia de que o regime capitalista buscava ultrapassar suas contradições explorando o mundo subdesenvolvido por meio de condições desiguais de troca, da dependência tecnológica e financeira e da hiperexploração da mão de obra nativa dessas nações.

5 Carmichael e Hamilton, *Black Power*, p. 143.

Os autores dessa teoria, como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, não eram negros nem se preocuparam com os efeitos do racismo e das relações étnico-raciais sobre a dinâmica do mundo capitalista em suas obras. No entanto, teoricamente, o núcleo da economia política do Black Power era a ideia de que, por meio da segregação racial, os afro-americanos eram submetidos a um regime intensivo de exploração do trabalho, que ajudava a dinamizar o regime capitalista nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Isso implica que os afro-americanos e outros grupos historicamente discriminados constituiriam socioeconômica e politicamente um “Terceiro Mundo” interno nos países mais avançados, o que implica uma identidade entre eles e outras pessoas racialmente oprimidas em todo o mundo “contra o imperialismo e o colonialismo”, como diz Carbone (p. 143).

Embora a “teoria da dependência” não tenha tido origem na intelectualidade afrodescendente internacional, é possível colocar a hipótese de que sua apropriação pelo Black Power tenha surgido do contato com as

obras de Frantz Fanon, que permitiu uma reinterpretação daquele aporte pelas lentes do processo de colonização múltipla (territorial e mental-psicológica) do mundo desenvolvido branco sobre as populações dos seus territórios coloniais do hemisfério sul ou regiões sob sua influência. O livro traz indicações neste sentido, mas de uma forma ainda muito ligeira. Isso não é um demérito para a coletânea que, visto por esse ângulo, pode servir como um convite ao leitor para o aprofundamento de um tema que forma um dos eixos da economia política do combate ao racismo no plano mundial.

Caminhando para a terceira parte de *Black Power in Hemispheric Perspective*, vamos nos deparar com o vibrante diálogo entre este movimento e a América Latina, para nossa alegria ou para nossa desgraça, conhecida como a terra da democracia racial (ou da “raça cósmica”, na célebre expressão do filósofo e pedagogo mexicano José Vasconcelos). Desde o século XIX, as relações raciais brasileiras têm atraído a sociedade estadunidense em torno da ideia de que este país era uma espécie de “paraíso

racial”.⁶ Em seu capítulo, George Reid Andrews desenvolve um argumento em torno dessa noção, afirmando que “o próprio conceito de democracia racial foi construído conjuntamente por intelectuais brancos de elite e intelectuais negros marginalizados, e em grande parte com base nos contrastes acentuados entre a segregação racial dos Estados Unidos e os modelos mais fluidos de coexistência racial na América Latina” (p. 163). Assim, segundo este historiador estadunidense, “quando, portanto, o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos começou a obter grandes vitórias nos anos 1950 e 1960, começando a dismantelar as estruturas legais de segregação, os afro-latino-americanos politicamente ativos inspiraram-se diretamente nesses acontecimentos” (p. 163). É um argumento provocador. No entanto, essa compreensão se desencontra com outras duas contribuições no mesmo livro, uma centrada sobre a Cuba pós-revolucionária e a outra sobre a Colômbia.

Do ponto de vista das relações raciais, o dilema cubano pós-

-revolucionário girava e gira em torno de problemas da perpetuação das disparidades raciais e da invisibilidade negra numa sociedade que, teoricamente, deveria repudiar qualquer injustiça social. Assim, em meio aos conflitos geopolíticos originados na Guerra Fria, enquanto o regime castrista realçava o conflito racial em curso nos Estados Unidos como um meio de legitimação do próprio sistema político, a discriminação racial naquela ilha perdurava e o Estado reprimia regularmente as vozes que verbalizavam abertamente o repúdio ao racismo. Como sustenta Alberto Abreu Arcía,

O desejo de construir uma nação diferente e um novo projeto de modernidade assentado em ideias de nacionalismo, identidade e cultura nacional, sintetizadas no paradigma da nação mestiça ou mulata, subordinou todas as diferenças raciais e culturais. Em consequência, a matriz branca eurocêntrica continuou a desempenhar seu papel hegemônico e de exclusão. Isto foi alcançado não só por meio de uma política cultural que funcionava como dispositivo de integração ideológica, mas também por uma série de aporias e manobras culturais que tratavam as manifestações da cultura popular negra como sintomas de degradação cultural (p. 177).

6 D. J. Hellwig (org.), *African American Reflections on Brazil's Racial Paradise*, Filadélfia: Temple University Press, 1992.

Quer fosse dialética ou formal, esta contradição permearia o Black Power nos anos 1960 e o conjunto de organizações afro-americanas naquele momento e até agora.

Sobre a Colômbia, o capítulo de Ángel Perea Escobar converge com a crítica à ideologia racial nacional de Cuba, mostrando uma contradição fundamental entre o repertório da democracia racial e a libertação negra:

Na Colômbia, um discurso dominante de mestiçagem celebrava as raízes indígenas e hispânicas da nação, negligenciando a existência de uma forte presença afro-colombiana durante a maior parte do século XX. O impacto desproporcional da desigualdade social sobre os afro-colombianos e a virulência dos estereótipos racistas naquela sociedade não foram abordados durante muito tempo, sobretudo devido à invisibilidade da presença negra e ao racismo como categoria social relevante. A consolidação do nacionalismo mestiço colombiano e a negação da existência do racismo, que o acompanha, levaram a uma notória negligência do estudo das hierarquias raciais e à extrema dificuldade inicial para mobilizações antirracistas negras (p. 196).

Em outras palavras, considerando as realidades cubanas e colombianas,


seria razoável supor que a liderança do Black Power poderia mesmo ter-se sentido atraída pela narrativa de mestiçagem tal como vigentes na América Latina? Aqui não se trata de julgar quem está certo ou errado. Infelizmente, estes paradoxos passaram despercebidos aos organizadores, que mencionaram estes capítulos na introdução como complementares e não como repletos de implicações teóricas.

Além das múltiplas questões teóricas, o Black Power nasceu num contexto de mobilização e radicalização política que conquistou a juventude global do primeiro, segundo e terceiro mundos no final da década de 1960 e início dos anos de 1970. Não é fácil medir a influência de Frantz Fanon naquela década, e de sua defesa aberta do confronto armado contra os colonizadores, tanto no movimento negro internacional, quanto nas lutas anticoloniais em todo o mundo, independentemente de seu componente étnico-racial. Esta mensagem repercutiu nos Estados Unidos, especialmente no movimento Black Power e, num momento em que a aliança entre a liderança pacifista afro-americana e os liberais brancos se enfraqueceu, aquela linguagem

mais radical foi progressivamente ganhando proeminência entre os ativistas. “A insistência de King na não violência, no amor e na redenção dos racistas brancos refletia suas crenças cristãs. No entanto, para Turé e seus colegas, as contínuas injúrias raciais contra os negros eram a prova de que as estratégias de King já não eram defensáveis”, escreve Owosu (p. 117).

Devido à intensa perseguição do Estado, às divisões internas e aos seus próprios limites estratégicos e táticos, o Black Power não atingiu seus principais objetivos políticos. Na verdade, se o critério de avaliação forem as conquistas práticas, embora retórica e politicamente menos radical, o Movimento dos Direitos Civis “pacifista” foi mais eficaz, conseguindo enterrar a doutrina jurídica instaurada desde 1896 após a decisão da Suprema Corte do “separados mas iguais” (*separate but equal*). Mesmo que a busca por uma economia negra autônoma seja mais associada ao nacionalismo negro que ao integracionismo, dificilmente as políticas públicas que emergiram desde então nesse terreno, como o “capitalismo negro” de Richard Nixon ou as políticas de compras públicas preferenciais para empreendimentos

encabeçados por empreendedores afro-americanos poderia ser reivindicado pelo Black Power como uma de suas realizações, tendo em conta o objetivo e escopo daquelas intervenções.⁷ Neste sentido, embora os organizadores não tenham levantado esta questão, persiste a dúvida de se, no final, o Black Power, a despeito das ações pontuais de reforço alimentar e educacional nas comunidades pobres nas cidades onde estava mais consolidado, não ficou muito aquém dos seus objetivos. Por outro lado, deixando de lado os objetivos políticos do Black Power e os meios para os alcançar, e dando prioridade à sua existência como parte de um grande movimento contracultural que tomou parte do mundo no final dos anos 1960, talvez possa daí emergir uma avaliação menos pessimista. Esta ponderação interage com as questões centrais da quarta parte da coletânea.

7 Frederick Sturdivant, “The Limits of Black Capitalism” in R. W. Bailey (org.), *Black Business Enterprise: Historical and Contemporary Perspectives* (Nova York; Londres: Basic Books, 1971), pp. 114-123; W. J. Vиллемез e J. J. Beggs, “Black Capitalism and Black Inequality: Some Sociological Considerations”, *Social Forces*, v. 63, n. 1 (1984), p. 117 .

Tanto Du Bois (em *The Soul of Black Folks*), no início do século XX, quanto Gilroy (em *The Black Atlantic*) convergiram em torno da importância da canção para as comunidades afrodescendentes globais, e os organizadores de *Black Power in Hemispheric Perspective* compreenderam corretamente “o papel crítico da música popular negra nas articulações da crítica social e na mobilidade hemisférica do discurso relacionado com o Black Power” (p. 22). O *rap* americano, com seu estilo de cantar e dançar hip-hop, seus grafites, sua forma particular de se vestir, suas agressivas canções de protesto, todos estes comportamentos socioculturais e padrões estéticos refletem suas origens políticas, cuja fonte real é o movimento Black Power. A força da indústria cultural americana explica, em parte, a difusão desse estilo artístico e comportamental em todo o mundo. No entanto, apenas uma interpretação muito pobre teoricamente não perceberia os impactos que, por exemplo, *Say Loud, I am Black and Proud*, de James Brown, poderia ter entre milhões de jovens de pele escura, despossuídos, vitimados pelo mesmo racismo, falta de oportunidades, pobreza, violência policial e

confinamento nos múltiplos guetos, periferias e favelas em cada quadrante de uma grande metrópole em todo o planeta.

No Brasil, o Black Power foi a raiz de movimentos afroculturais, como o “Black Rio”, baile funk e charme que floresceu nas décadas de 1970 e 1980 nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, com uma capacidade de mobilização maciça da juventude afro-brasileira, como está abordado no capítulo de Carlos Medeiro. Os capítulos escritos por Escobar, sobre a Colômbia, e Lisa Tomlinson, sobre a “cultura dancehall” na Jamaica, também abordam o impacto do movimento negro nas populações negras desses países e a reação da juventude periférica a tantas humilhações através de uma manifestação estética agressiva, embora não raro permeada por um indelével sexismo e homofobia. Por outro lado, em linha com a lógica pan-africanista, os cantores e compositores influenciados pelo Black Power nos Estados Unidos também receberam a influência de estilos musicais provenientes de outros cantos do mundo, especialmente, e não por coincidência, os do Caribe, como o reggae (e, neste caso, da quase

inseparável ascendência política de Garvey), a salsa e a reinterpretação do jazz mesclado aos estilos afro-descendentes caribenhos. Não muito distante da abordagem de Andrews, tal como vista acima, Ángel Quintero-Rivera encontrou na música afro-latina “mulata” o fundamento da “noção africana de linhas de tempo para a estruturação métrica do desenvolvimento das composições”, desafiando a “estrutura ocidental do espírito na música”. “Aí, o Black Power e a insurreição juvenil voltaram a se misturar” (p. 258 e 257).

A quarta parte do livro é vibrante e explica por que estudar o Black Power não implica se envolver com um tema encerrado no passado. Concentrando-se nas obras de Nina Simone e Aretha Franklin, o capítulo de Kensedeobong Okosun, “Soul Music and Sisterhood as Expressions of Black Power”, talvez o mais bonito da coletânea, salienta que, além de uma crítica radical ao racismo, o Black Power significava também uma denúncia rigorosa da sociedade patriarcal. De fato, o feminismo negro representou um novo capítulo na história do movimento negro dos Estados Unidos e de outros países, de certa

forma rompendo os limites tradicionais da divergência entre integracionistas e nacionalistas negros, tal como visto acima. Embora a linguagem do orgulho negro estivesse ligada a um idioma mais específico do mundo masculino negro, paradoxalmente, por surgir de camadas populares leigas, o Black Power estava mais bem equipado para colocar as mulheres em papéis mais proeminentes do que as organizações religiosas, normalmente mais conservadoras em relação aos papéis tradicionais de gênero, argumenta Okosun.

Se o processo de colonização necessariamente significa a violência do colonizador contra o seu sujeito colonial, com seus consequentes corolários em termos econômicos e políticos, a pior dominação é a que é molda a psiquê das pessoas, levando-as a se convencer de sua suposta inerente inferioridade. Alternativamente, a descolonização necessariamente implica transformações subjetivas que levem os “condenados da terra” a questionarem uma suposta ordem natural que os inferioriza, ao mesmo tempo que consagra como normais os privilégios hereditários em múltiplos termos. Com o Black Power, diz Jeffrey Ogbar, “os brancos

foram praticamente enxotados de seu pedestal de brancura e de honra, prestígio e respeito implícitos que o privilégio da pele proporcionava” (p. 136).

Coração de mãe, a coalização arco-íris pode comportar todas as cores, mas a adesão de cada qual neste arranjo de forças deve se dar por compromissos reais a uma causa comum, não por pena ou motivados por sentimentos paternalistas não raramente eivados por um lamentável senso de superioridade. Mesmo que indiretamente, a retórica do Black Power abriu as portas para um questionamento radical da branquitude e dos brancos, que mesmo quando aliados, motivados por seus próprios impasses morais, devem ser permanentemente provocados não somente a refletir sobre o papel que ocupam na sociedade, mas para se engajarem mais profundamente, eles mesmos, na sua própria transformação, ainda que na contramão do que lhes poderia ser mais cômodo em uma míope visão de curto prazo. Em um possível diálogo entre o Black Power e o reverendo Martin Luther King Jr., a crítica da branquitude implica em fortalecer a perspectiva pacifista da desobediência civil, mas sem jamais deixar

de apontar para uma profunda e intransigente denúncia dos papéis sociais, comportamentos e direitos tradicionais naturalizados dos grupos raciais e de gênero hegemônicos. Talvez não seja inapropriado dizer que o movimento Black Lives Matter, e mobilizações coirmãs ao redor do planeta, como, por exemplo, o Reaja ou Será Morto e Morta e a Coalizão Negra por Direitos no Brasil, sejam a melhor encarnação desta possível síntese entre aquelas duas vertentes.

Por outro lado, ainda abordando o tema da contracultura, *Black Power in Hemispheric Perspective* não reconhece a contribuição implícita ou explícita do Black Power para novas abordagens acadêmicas como a teoria crítica de raça, o feminismo negro, a teoria queer e o pós-colonialismo no seu sentido mais amplo. Como esta articulação se desenvolve simultaneamente nos Estados Unidos e em outras partes do mundo através de movimentos de influências recíprocas, este tema mereceria um capítulo específico.

Resenhar uma coletânea é normalmente complicado. Além das preferências e tendências teóricas do resenhista, a menos que o conjunto dos autores partilhe as exatas mesmas

ideias e significados sobre os tópicos centrais, isso implica que os comentários devem sintetizar suas múltiplas compreensões num único texto, incorrendo naturalmente no risco de destacar uma ou outra contribuição ou tópico em detrimento de outras, com um critério de seleção impreciso ou muito precariamente justificado. Então, se a tarefa já é desafiadora, o que dizer de uma coleção centrada no Black Power em particular? Como resumir as diferentes vozes em torno de um movimento político e socio-cultural tão complexo e controverso? Sendo honesto, esta resenha não conseguiu ultrapassar esse limiar, o que significa que alguns capítulos não foram objeto de análise mais aprofundada por razões que não decorrem de sua qualidade ou originalidade, algo que nunca esteve em causa.

Todo livro tem defeitos e qualidades e cabe ao revisor ser justo

buscando uma crítica que não oculte ao leitor os tantos potenciais benefícios com o tempo dedicado ao seu estudo. Em esperando que haja em breve sua tradução para o português, a coletânea é fácil de ser navegada porque cada capítulo levanta questões emergentes em torno do Black Power e, como tal, do movimento negro de todo o planeta dos anos 1960 e 1970, cujas controvérsias ainda estão presentes nos dias de hoje. Portanto, alterando a famosa estrofe de John Lennon, o “sonho” de uma sociedade global livre do racismo “não acabou”. Por isso, *Black Power in Hemispheric Perspective* é leitura obrigatória para quem quer entender melhor os contornos teóricos de uma questão que, diante da perpetuação e aprofundamento de tantas injustiças sociais e raciais em todo o mundo, infelizmente, por um longo tempo, ainda seguirá fundamental.

Marcelo Paixão  

Universidade do Texas, Austin

Tradução de Mariângela de Matos Nogueira

doi: 10.9771/aa.v0i68.57659